

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.488.588 - DF (2019/0108522-8)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : M M S P
ADVOGADOS : CARLA RODRIGUES DA CUNHA LOBO - DF007511
PIETRO LEMOS FIGUEIREDO DE PAIVA - DF027944
JÉSSICA LÔBO DE AZEVEDO - DF048388
AGRAVADO : R DE F C
ADVOGADO : ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS - DF005939
ADVOGADOS : ELIENE FERREIRA BASTOS - DF011781
MARIA CECÍLIA FARO RIBEIRO - DF009048
RENATA NEPOMUCENO E CYSNE - DF025925

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por M M S P contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALIMENTOS PROVISIONAIS. EX-COMPANHEIROS. BINÔMIO NECESSIDADE/POSSIBILIDADE. PERCENTUAL FIXADO. QUANTUM ELEVADO. PADRÃO DE VIDA. READEQUAÇÃO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. A concessão de alimentos provisionais regula-se pelo binômio necessidade/possibilidade, objetivando conferir condições imediatas à subsistência do alimentando.

2. O pagamento de alimentos à ex-companheira não enseja, necessariamente, a manutenção dos mesmos padrões de vida do período de convivência do casal, devendo ser fixados no montante suficiente para a subsistência digna da alimentanda, ainda que seja necessário redimensionar a prática de certas atividades e hábitos de alto custo anteriormente praticados.

3. A verba alimentar trata-se de medida excepcional, com nítido caráter temporário, por período razoável para que a ex-companheira se organize e atinja sua independência, sendo capaz de se auto-sustentar.

4. Se após a instrução do feito restar verificado arbitramento reduzido e insuficiente à subsistência da alimentanda, tal poderá ser posteriormente recalibrado na ocasião da sentença de mérito, quando então o esgotamento cognitivo poderá bem subsidiar a decisão definitiva.

5. Agravo de Instrumento conhecido e parcialmente provido. Agravo Interno prejudicado.

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide, por analogia, o óbice da Súmula n. 735/STF, pois, conforme a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, é inviável, em

regra, a interposição de recurso especial que tenha por objeto o reexame do deferimento ou indeferimento de medida acautelatória ou antecipatória, tendo em vista sua natureza precária e provisória, cuja reversão é possível a qualquer momento pela instância *a quo*.

Nesse sentido: “A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que 'não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita a modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito’” (AgInt no AREsp n. 1.351.487/RS, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 17/12/2018).

Confira-se ainda o seguinte precedente: AgInt no AREsp n. 1.321.705/MS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 12/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente